

## ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E O MEIO AMBIENTE: DA GESTÃO AMBIENTAL À EVIDENCIAÇÃO DOS RESULTADOS

Eleonice de Fatima Dal Magro<sup>1</sup>  
Eliese Moreira de Oliveira<sup>2</sup>

### Resumo

As significativas mudanças socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas do século XX desencadearam a discussão de questões inovadoras agregadas a rotina administrativa das empresas. Nesse cenário, itens como capital intelectual, responsabilidade social e preservação ambiental são exemplos de inovações temáticas e de postura gerencial que apresentam impacto significativo na estrutura econômico-financeira das empresas, a ponto de os demonstrativos financeiros nos seus moldes tradicionais não suprirem mais as necessidades informativas no ambiente organizacional. Tais fatos desencadearam uma busca por novas alternativas para acompanhamento e análise dos impactos ambientais causados pelas atividades empresariais, impulsionando a gestão ambiental e a consequente evidenciação das ações empresariais no que tange o meio ambiente, o que pode ocorrer por meio de mecanismos próprios da contabilidade, como é o caso do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado, ou do cumprimento de normas legais concernentes à instalação e funcionamento. Assim, ao se considerar a Gestão Ambiental no contexto empresarial, percebe-se que ela desempenha papel de suma importância, principalmente na estratégia de atuação devido ao aumento do grau de sensibilidade para com o meio ambiente percebido em escala planetária, o que culmina por gerar mudanças significativas na postura da empresa frente a sua atuação.

**Palavras-chave:** Gestão. Impactos. Responsabilidade empresarial. Meio ambiente.

### 1 Introdução

No limiar do século XXI predominam as mudanças no cenário mundial, quer na área econômica, com a globalização, quer na área ambiental, onde os problemas acarretados pelo longo período de descaso para com o meio ambiente culminaram por desencadear sérios prejuízos que podem afetar a própria sobrevivência de espécies, com destaque imediato para as alterações no ciclo hidrológico e na camada de ozônio.

Tais questões aliadas ao aumento da conscientização e ao aprimoramento da legislação ambiental tendem a impulsionar uma mudança nos meios de produção, com a adoção da Gestão Ambiental.

Nesse contexto, surge uma nova proposta de gestão ambiental no meio empresarial, conhecida como “produção mais limpa”, que consiste num conceito ou estratégia de produção baseada em metodologia segundo a qual as organizações, por

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Rondônia e Coordenadora do Centro de Estudos de Ciências Sócioambientais - CECISA. [eleonice@unir.br](mailto:eleonice@unir.br)

<sup>2</sup> Contadora. Especialista em Controladoria de Negócios e Gestão. [eliese\\_bb@hotmail.com](mailto:eliese_bb@hotmail.com)

meio dos gestores e demais colaboradores envolvidos no processo, consideram todos os aspectos ambientais para subsidiar as informações complementares às fornecidas no Balanço, contribuindo assim para estabelecer condições mais duradouras de não geração de resíduos com redução dos impactos ambientais associados e, conseqüentemente a redução dos custos empresariais.

Observa-se significativa preocupação com possíveis medidas de controle, mitigação e compensação dos danos causados pelas atividades empresariais ao meio ambiente, sem, contudo atribuir-se a devida importância a ações preventivas de danos. Diante do exposto, o presente artigo aborda a importância da gestão ambiental no atual contexto organizacional, baseando-se na opinião de estudiosos e especialistas a respeito do referido assunto, mediante realização de uma pesquisa bibliográfica exploratória realizada em obras pertinentes ao tema.

## **2 Meio ambiente no contexto organizacional**

A questão ambiental está cada vez mais integrada ao cotidiano da gestão empresarial, tendo inclusive despertado “[...] a consciência das nações e vem projetando novas luzes sobre os difíceis caminhos a serem trilhados na preservação e restauração da qualidade do meio, natural e humano [...], conforme sentença Milaré, ao prefaciar a obra de Fink et al. (2004).

Corroborando o apregoado por Cairncross (1992) ao afirmar que as empresas que levam a sério as questões ambientais não apenas mudam seus processos e produtos, mas, também, sua própria operacionalidade, podendo estas mudanças acompanhar as melhorias na qualidade de gerenciamento, ao passo que companhias mal gerenciadas tendem a ser prejudiciais ao meio ambiente. Esta visão permeia a revisão ora realizada, no intuito de contextualizar o binômio “gestão ambiental” e “gestão empresarial”.

### **2.1 A as empresas e o meio ambiente**

Kraemer (2002) enfatiza que a crescente preocupação das empresas com o meio ambiente deve-se ao aumento da conscientização da sociedade, que passou a exigir uma postura mais responsável por parte das entidades corporativas perante as questões ambientais, visto que da atual preservação dos recursos naturais depende a qualidade de vida no futuro. A autora destaca ainda que a resistência de certas empresas à crescente exigência social quanto ao posicionamento em relação ao meio ambiente deve-se às dúvidas sobre o aspecto econômico. Nessa concepção prevalece a visão de que qualquer investimento na área pode acarretar aumento de despesas operacionais e custos de produção, visão esta equivocada.

Cumprido salientar que as empresas experientes já visualizaram resultados econômicos estratégicos em seus investimentos na causa ambiental, mediante a percepção de que a visão imediatista de retorno, ainda presente no meio empresarial, não deve prevalecer a médio e longo prazo, sob pena de comprometer os investimentos em mecanismos de produção “mais limpa”, ou seja, menos agressiva aos recursos naturais, renováveis ou não.

Logo, observa-se que, embora estes resultados não sejam percebidos de imediato a empresa que adotar uma boa estratégia ambiental, certamente terá uma vantagem competitiva em relação às demais, a médio e longo prazo. Este investimento poderá ser

mensurado positivamente, pois uma empresa, “amiga do meio ambiente” é bem quista perante o mercado consumidor ( KRAEMER, *op cit.*).

É fato que a preocupação com o meio ambiente vem ganhando espaço significativo no ambiente empresarial, à medida que se tornam visíveis as conseqüências das ações danosas sobre os recursos naturais para a sociedade e para o planeta. Machado (2001) defende que os impactos ambientais ocasionam efeitos degradantes em longo prazo, o que faz com que as empresas percebam a importância da correção dos danos passados e desenvolvam métodos eficazes para evitar a reincidência.

Com a globalização da economia e o avanço da tecnologia da informação, as ações das empresas tornam-se mais transparentes, aumentando assim sua responsabilidade social, com reflexo no meio ambiente. Nesse cenário, Machado (2001) ressalta a necessidade do desenvolvimento por parte da organização de uma política de equilíbrio visando o crescimento econômico no contexto de desenvolvimento sustentável, uma vez que para que as empresas conquistem êxito nesta busca por uma convivência harmônica com o meio ambiente, é necessário sintonizar-se com recursos da gestão ambiental, da qual será possível aperfeiçoar e organizar as ações a serem implementadas.

Para Teixeira (2003), as empresas, em menos de uma década, passaram por estágios significativos no que tange a gestão ambiental, indo, em um curto espaço de tempo, da era da “filantropia,” que deu visibilidade às ações de voluntariado e aos investimentos sociais realizados nas comunidades do entorno, à era da “valorização da ética e da transparência” no relacionamento com as partes interessadas, tendo como objetivo mostrar a responsabilidade corporativa na prática, sinônimo de boa gestão.

Teixeira (*op cit.*) enfatiza que no início do século XXI as organizações empresariais avançaram, encontrando-se no estágio da preocupação com a sustentabilidade, de forma que as companhias precisam adotar práticas de gestão sustentável, adaptando-se às demandas da sociedade sem esquecer as questões ambientais, pois “meio ambiente” não se restringe ao meio físico e biológico, mas inclui também as relações sociais, econômicas e culturais, sendo necessário realizar investimentos em ferramentas de gestão ambiental, podendo ter uma abordagem mais estratégica de negócios se tiverem uma relação equilibrada com sociedade e meio ambiente. É importante que, antes da adoção de qualquer ferramenta neste sentido seja realizada uma avaliação dos riscos e benefícios, além da análise das condições financeiras da empresa.

## **2.2 A gestão ambiental no meio empresarial**

Ribeiro et al. (2002) defendem que a gestão ambiental é de extrema importância, uma vez que desperta o interesse de questões ecológicas, ajudando a classe empresarial a implementar em suas entidades a variável ambiental, não apenas para atender a legislação, mas também para promover a conscientização ecológica. Nessa perspectiva, o processo de gestão ambiental ocorre por meio das atividades, dos eventos e de suas transações, de modo que as decisões tomadas devem ser avaliadas nos seus aspectos operacionais, econômicos, financeiros e também ambientais, esperando-se que os resultados dessas avaliações sejam positivos. De acordo com Ribeiro et al. (2003), para que isso aconteça o gestor deve ter como objetivos:

- a) Recuperar o ambiente degradado de modo a resgatar as mesmas condições em que se encontrava antes da degradação ou o mais próximo disso;
- b) Evitar a ocorrência de novas degradações;
- c) Permitir que existam condições para reutilização de material ou sucata gerada nas demais atividades;
- d) Monitorar as ações da empresa que desencadeiem alterações ambientais, de modo a tê-las sob controle, além de evitar expor o ambiente a riscos desnecessários.

Partindo-se da situação do plano ambiental, verifica-se que o maior objetivo da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa, os quais superem, diminuam ou anulem os custos das degradações causadas pelas atividades por esta desenvolvidas, principalmente na área produtiva. Dá-se início a um conjunto de ações que possibilitem levar ao sucesso desta gestão, se materializando por meio da economia nos custos de degradação que venham a ocorrer (MACHADO, 2001).

Ressalta ainda o autor que, dependendo da característica degradação causada, o patrimônio empresarial sofre reflexos, incorrendo em: gastos efetivos com a recuperação do meio ambiente; gastos com tratamento de doenças resultantes da poluição; gastos com indenizações pela degradação ambiental; e descontinuidade das operações; entre outros.

Conforme asseguram Ribeiro et al. (2003), a operacionalização desta gestão ocorre por meio de quatro atividades principais: Reciclagem, Recuperação, Prevenção e Monitoramento. Considerando-se que a degradação ambiental caracteriza a perda econômica resultante de uma ineficiência gerencial, o modelo de gestão da área ambiental de uma organização empresarial deve ser concebido no intuito de propiciar ao gestor condições de acompanhamento e análise que possibilitem reduzir ou eliminar os riscos de degradação com suas atividades.

Deste modo, o gestor ambiental é considerado o responsável pelo gerenciamento dos impactos causados e dos benefícios gerados ao meio ambiente. Assim, a gestão ambiental deve ser a “guardiã” dos princípios e valores que gerarão as políticas e programas ambientais da organização empresarial.

Ao discorrer sobre o tema, Teixeira (2003), ressalta que a gestão do meio ambiente é responsável por implementar programas de preservação ambiental e de redução da emissão de resíduos, além de responder pela auditoria ambiental, primando por instrumentos que auxiliem o gestor a administrar os eventos existentes e os que possam vir a ocorrer no desenvolvimento das atividades. Segundo Machado (2001), as políticas ambientais dizem respeito principalmente à:

- a) Imagem pública da entidade;
- b) Educação ambiental dos funcionários;
- c) Participação em programas públicos de recuperação ambiental;
- d) Zelo pela implantação de processos produtivos (bens ou serviços) que preservem o meio ambiente;
- e) Transparência sobre as ações da entidade no que tange a sua interação com o meio ambiente.

O autor afirma ainda que transformar a reciclagem de resíduos em dinheiro não é a única verdade quando se trata de gerenciamento ambiental, ao passo que a diminuição da produção de resíduos é um princípio da segunda fase do amadurecimento da consciência ambiental, por meio da qual almeja-se evitar os desperdícios e eliminar os gastos com o tratamento dos materiais.

### **3 MECANISMOS DE GESTÃO OU DE CONTROLE AMBIENTAL**

A necessidade de gestão ou controle ambiental resulta do processo de modificações no ambiente natural, no qual o homem apresenta-se como o grande agente transformador. Enquanto atividades inerentes ao ser humano, as atividades empresariais causam modificações no meio ambiente e, como tal, necessitam de regulamentações próprias no que concerne à licença para instalação e funcionamento, por exemplo, além das iniciativas espontâneas, como ocorre nas certificações por mecanismos como o *International Standardization Organization* (ISO 14.000), e da adoção de outros mecanismos de gestão e informação, como é o caso da Contabilidade Ambiental (GUERREIRO, 2000). Referidos mecanismos são abordados a seguir, devido à sua importância para a gestão ambiental das organizações.

#### **3.1 Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental**

Fink e Macedo (2004, p. 1) afirmam que no Brasil, a introdução “[...] de uma Política de Proteção Ambiental deu-se, fundamentalmente, por meio da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.” Segundo os mesmos, “[...] essa política se assenta sobre alguns pilares básicos, concebidos como peças fundamentais na busca do equilíbrio ecológico, de um lado, e na manutenção – e até incremento – da atividade econômica, de outro.”

Os autores defendem a importância da proteção do meio ambiente sem, contudo ignorar a necessidade de se atentar para questões como a oferta de emprego, as atividades econômicas e a geração de renda, as quais, conforme atestam, não devem ser consideradas vilãs, dada a sua importância social.

Assim, afere-se que as atividades empresariais devem estar atreladas à gestão ambiental como forma de proteção e garantia da manutenção dos recursos naturais, o que enseja que, para início de qualquer atividade produtiva que envolva o uso de recursos naturais em seu processo e ou que possa causar dano ao meio ambiente, se obtenha a competente licença ambiental, a qual se dá por meio de ato discricionário do poder público. De acordo com a Resolução Conama nº 237/97 (CONAMA, 1997), licenciamento ambiental

É o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente verifica a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetivos ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (RESOLUÇÃO CONAMA, 1997).

Para fins de efetivação do licenciamento ambiental adotam-se procedimentos vinculados às disposições legais e regulamentares, bem como às normas técnicas aplicáveis ao caso, com destaque para dois documentos de caráter altamente técnico exigido pelas autoridades governamentais para autorização de instalação e

funcionamento de algumas atividades econômicas, conforme enfatizado por Machado (2001), que são: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O EIA tem por objetivo identificar todos os impactos ao meio ambiente que possam ser originados por atividades potencialmente poluidoras, bem como os mecanismos que devem ser utilizados para conter tais impactos.

Com base em tal documento obtém-se o ponto de partida para identificação dos fatos geradores dos passivos ambientais e, com auxílio técnico atribuir valores aos mesmos, pelos custos dos insumos requeridos, pelos investimentos em máquinas e equipamentos, pela extensão da área que devem ser recuperadas, ou pelo volume de refugos que devem ser tratados, entre outras variáveis (FINK; MACEDO, 2004).

O RIMA, por sua vez, têm por objetivo descrever o ocorrido em relação ao meio ambiente, durante o processo operacional de uma atividade. Trata-se da operacionalização das previsões descritas no EIA. Com esse documento pode-se identificar os efeitos ambientais e a partir disso mensurar os custos inerentes aos mesmos.

### **3.2 Contabilidade Ambiental: aspectos introdutórios**

A contabilidade, como a ciência que estuda e controla o patrimônio empresarial, deve refletir com fidedignidade as mudanças que possam afetar a situação financeira das organizações, refletindo inclusive a realidade da questão ambiental que a envolve, pois sendo um importante ramo do conhecimento humano, ainda não tem dado o destaque necessário e cabível ao tema "meio ambiente", como ocorre em outras áreas. Porém, cabe destacar que existe uma crescente preocupação com as repercussões dos impactos ambientais nas organizações e de que forma elas estão sendo geridas e controladas. Tal abordagem fica evidente na abordagem a seguir:

A contabilidade, vista como um sistema de informação da situação e da evolução patrimonial econômica e financeira da empresa deve incluir em seus relatórios todos os dados relacionados ao meio ambiente, facilitando o acesso a mais esta informação a seu grande número de usuários auxiliando-as no processo de tomadas de decisão (KRAEMER, 2002, p.72).

De forma análoga, Machado (2001, p.53) completa:

O objetivo da contabilidade ambiental é direcionar o sistema de informação já adotada pela contabilidade tradicional para mensuração e evidenciação dos usuários da informação contábil, do impacto ambiental no patrimônio das organizações e da conduta da empresa em relação ao meio ambiente.

Observa-se que para o desenvolvimento da contabilidade ambiental faz-se necessário traçar um paralelo entre o sistema contábil tradicional e o sistema voltado às questões ambientais, no intuito de dar maior aplicabilidade e entendimento a esse novo ramo de ciência da contabilidade no cotidiano das empresas.

### **3.3 Contabilidade ambiental e ecoeficiência**

Com a globalização existe um crescimento da importância da contabilidade do meio ambiente para as empresas, pois a disponibilidade e/ ou escassez de recursos naturais e a poluição tornam-se objetos de debates econômicos, político social em todo mundo.

Teixeira (2003) defende que hoje existe uma enorme pressão pela qualidade nas relações. Atingi-la ou não será um fator determinante para o sucesso dos negócios. Essa pressão é devida, em parte ao poder que as corporações conquistaram nas últimas décadas.

Para Kraemer (2002) a idéia é que uma empresa ecoeficiente é uma forte candidata a receber investimento, pois quem produzir menos emissões tóxicas e usar menos recursos obtém maiores margens. Como o nível de riscos ambiental é menor, a taxa de descontos também é menor. Maiores margens combinadas com uma menor taxa de descontos conduzem a um valor menor de mercado.

Kraemer (*op cit.*, p. 74) assevera ainda que “Não de deve afirmar, por outro lado, que uma postura ambientalista correta deverá traduzir em um imediato aumento de valor de uma empresa. São muitos os fatores que afetam esta variável e o nível de custos ambientais é apenas um deles.” Tal afirmativa denota que resultados imediatos nem sempre são alcançados, posto tratar-se de investimento na imagem empresarial, o que, normalmente surte resultados em longo prazo.

A maioria dos líderes empresariais concorda que um dos principais objetivos econômicos do mercado é o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade requer que as companhias busquem a ecoeficiência, pois comportamento ecoeficiente diminui o impacto ambiental da empresa ao mesmo tempo em que aumenta sua lucratividade. A ecoeficiência só pode ser medida por meio da produção de informação precisa, tanto em relação aos custos e receitas ambientais como em relação ao desempenho ambiental.

Conforme enfatizado por Ribeiro et al. (2003), com o desenvolvimento da economia nas corporações torna-se evidente um grande número de interessados em medidas que mensurem o ativo ambiental, bem como possíveis obrigações ambientais da empresa, com destaque para os consumidores, competidores, investidores, instituições financeiras, governo, público em geral, grupos formadores de opinião, mídia, comunidade científica, além dos acionistas.

Este público tem diferentes graus de interesse nas informações ambientais relativas às atividades empresariais, o que faz com que a gestão ambiental seja vista e dimensionada como tema estratégico dentro das organizações, o que a tem transformado em um fator importante de competitividade. No entanto, todo e qualquer plano estratégico, seja ele na área ambiental ou não, deve ser planejado e implementado dentro das condições econômicas da empresa para que não se torne uma ameaça a sua continuidade operacional, caso venha a onerá-la além de sua capacidade em determinado momento.

### **3.3.1 Ativo ambiental**

De acordo com Kraemer (2002, p.75), "Ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam a preservação, proteção e recuperação ambiental". Ou seja, todo investimento da empresa no âmbito ambiental proporcionará retorno positivo para o meio ambiente e, via de consequência, é benéfico para a imagem empresarial junto à sociedade de maneira geral.

Machado (2001) complementa a definição enfatizando que todo gasto incorrido que possa acarretar benefícios econômicos futuros à empresa e que esteja relacionado com a preservação e a recuperação ambiental, e o todo gasto que mesmo que não resulte em benefício econômico futuro para a empresa, mas que tenha sido realizado por

questões de segurança ambiental, de maneira a evitar problemas futuros para a mesma e a sociedade caracterizam ativos ambientais e como tal devem ser considerados.

Desta forma, como explanam Ribeiro et. al. (2002), os ativos devem ter as características de representarem conjuntos de benefícios econômicos futuros que poderão ser usufruídos exclusivamente pelo seu detentor.

No caso dos ativos ambientais os benefícios econômicos esperados se traduzem na "produção mais limpa", na redução de perdas por meio de poluentes, na redução do volume de penalidades por agressões ecológicas, entre outras. As pressões externas às empresas por qualidade ambiental têm aumentado significativamente, obrigando-as a realizarem tais investimentos e com isso garantir sua continuidade.

### **3.3.2 Passivo ambiental**

Ribeiro et al. (2003) conceituam os Passivos Ambientais como sendo obrigações que exigirão a entrega de ativos ou prestações de serviços em um momento futuro, em virtude das transações passadas ou presentes, que envolvam a empresa e o meio ambiente. Assim os passivos ambientais implicam como as demais obrigações, no sacrifício futuro de resultados econômicos em função de obrigações contraídas perante terceiros.

Cumpra observar que a obrigação deve existir no presente como consequência de um evento ou de transações passadas, de onde se depreende que a mera intenção de realização de gastos futuros de natureza preventiva não gera qualquer obrigação. Antes, há de se ter a ocorrência de um fato gerador, como uma compra, um consumo normal ou anormal (RIBEIRO et al., 2002).

Ressalta-se que não é necessário haver uma cobrança externa para que se configure a obrigação, mas sim, a consciência de que o meio ambiente foi afetado pelos resíduos da atividade operacional da empresa e que tal efeito precisa ser revertido, constituindo-se, portanto em um passivo ambiental, independentemente de haver ou não uma cobrança legal ou de terceiros para restituição da qualidade do meio.

Logo, afere-se que ainda que o dano ambiental ocorra em área de propriedade da empresa, a mesma incorre na obrigação de proceder à correção deste dano uma vez que os problemas ambientais não respeitam limites geográficos e podem interferir direta ou indiretamente na qualidade ambiental do entorno ou muito além dele, dependendo da dimensão do problema instalado (TEIXEIRA, 2003).

Referido reflexo ambiental deve ser configurado nas Demonstrações Financeiras da organização, ao passo que os acionistas têm o direito de ser informados tanto sobre os danos à propriedade da empresa, quanto sobre aqueles causados às propriedades de terceiros. Caso a propriedade seja usada como garantia como empréstimo, o banco tem o direito de ter conhecimento do problema. Referido autor afirma que uma companhia que reconhece suas responsabilidades ambientais tende a ter diminuídos seus riscos financeiros resultantes de acidentes e incidentes ambientais. Ao mesmo tempo esta companhia deve dar total transparência, não apenas aos danos ambientais causados a sua propriedade, bem como a todos os danos para os quais não haja obrigação de remediar, tendo desta forma uma taxa de risco ambiental baixa, melhorando assim sua ecoeficiência empresarial.

#### **4 indicadores estratégicos de gestão ambiental**

De acordo com Guerreiro (2000), “[...] indicador de desempenho ambiental: é o índice utilizado para descrever a informação quantitativa e qualitativa que permitem a avaliação de um ponto de vista ambiental da eficácia e eficiência da companhia no consumo de recursos”. O sistema de gerenciamento ambiental acontece por interferência de normas internacionais e de normas de grande conglomerados organizacionais ou por exigências de clientes e outras partes interessadas. Porém as normas da série ISO 14000, são as mais utilizadas e praticadas no Brasil e no mundo.

##### **4.1 Certificação da política ambiental da empresa: ISO 14.000**

Afirma Guerreiro (*op cit.*) que a série ISO 14000 estabelece os requisitos que podem ser certificados na política ambiental, objetivos e metas, programas de ação estrutura e responsabilidade sem entrar em detalhes sobre problemas específicos, como emissões atmosféricas, tratamento de afluentes ou gerenciamento de resíduos cujas soluções podem variar de uma empresa para outra. Seu objetivo é especificar normas para um sistema de gestão do meio ambiente que se aplique a qualquer tipo de organização.

Considerada pelos ambientalistas como de grande valia para garantir o desenvolvimento sustentável, assim visto o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as oportunidades das gerações futuras, a ISO 14001, tornou-se uma peça fundamental para conciliar o desafio ambiental com as metas de desempenho das empresas, sendo a única norma da série ISO 14000 que pode ser certificada como a terceira parte.

Segundo Kraemer (2002), existem três combinações de indicadores que podem ser utilizados para descrever o desempenho ambiental das organizações, dentre os quais são elencados:

- I. Indicador financeiro em relação a outro indicador financeiro (ex: obrigações ambientais/ números de ações);
- II. Indicador ambiental em relação a um indicador financeiro (ex: emissão de CO<sub>2</sub> por unidade de produto vendido);
- III. Indicador ambiental em relação a outro indicador ambiental (ex: lixo produzido em relação a recursos utilizados).

Para Ferreira (2002), tecnologias mais modernas levam em conta, invariavelmente, a redução de níveis de poluição, e os impactos adversos têm as perspectivas de progressão opostas ao volume de investimento no controle e preservação ambiental. O autor destaca que no estabelecimento de parâmetros para análise do desempenho ambiental alguns mecanismos estratégicos de controle devem ser observados, com destaque para:

- a) Prioridade organizacional: visa estabelecer políticas programas e praticas no desenvolvimento das operações voltadas para questão ambiental. Reconhecer que ela é a questão chave e uma das prioridades da organização;

- b) Gestão Integrada: consiste em integrar políticas, programas e práticas ambientais em todos os negócios como elementos indispensáveis de administração em todas suas funções;
- c) Processos de melhoria: almeja continuar melhorando as políticas corporativas os programas e desempenho ambiental, tanto no mercado interno como externo, levando em conta o desenvolvimento tecnológico, conhecimento científico, as necessidades dos consumidores e os anseios da comunidade, como ponto de partida das regulamentações ambientais
- d) Educação do pessoal: consiste em educar, treinar e motivar o pessoal no sentido de que possam desempenhar suas tarefas de forma responsável em relação ao meio ambiente;
- e) Prioridade de enfoque: objetiva considerar as repercussões ambientais, antes de iniciar nova atividade ou projeto antes de instalar novos equipamentos e instalações ou de abandonar alguma atividade produtiva;
- f) Produtos e serviços: visa desenvolver e produzir produtos e serviços que não sejam agressivos ao meio ambiente e que sejam seguros em sua utilização e consumo, que sejam eficientes no consumo de energia e de recursos naturais e que possam ser reciclados, reutilizados e armazenados de forma segura;
- g) Orientação ao consumidor: diz respeito a orientar e, se necessário, educar consumidores, distribuidores e o público em geral sobre o correto e seguro uso, transporte, armazenagem e descarte dos produtos produzidos;
- h) Equipamentos e operacionalização: refere-se a desenvolver, desenhar e operar máquinas e equipamentos levando em conta o eficiente uso da água, energia e matérias – primas, uso sustentável dos recursos renováveis e a minimização dos impactos negativos ao ambiente e a geração de poluição e o uso responsável e seguro de resíduos existentes;
- i) Pesquisa: conduzir ou apoiar projetos de pesquisas que estudem os impactos ambientais das matérias-primas, produtos, processos, emissões e resíduos associados ao processo produtivo da empresa visando à minimização dos seus efeitos;
- j) Enfoque preventivo: canalizar esforços para modificar a manufatura e o uso de produtos ou serviços e mesmo os processos produtivos, de forma consistente com os mais modernos conhecimentos técnicos e científicos, no sentido e prevenir as séries irreversíveis degradações do meio ambiente;
- k) Fornecedores e subcontratados: visa promover a adoção dos princípios ambientais da empresa junto aos subcontratados e fornecedores encorajando e assegurando sempre que possível melhoramento em suas atividades, de modo que elas sejam a extensão das normas utilizadas na empresa;

- l) Planos de Emergência: desenvolver e manter, nas áreas de risco potencial, planos de emergência idealizados em conjunto entre os setores da empresa envolvidos os órgãos governamentais e a comunidade local, reconhecendo a repercussão de eventuais acidentes;
- m) Transferência de Tecnologia – Contribuir na disseminação e transferências das tecnologias e métodos de gestão que sejam amigáveis ao meio ambiente, junto aos setores privados e público;
- n) Contribuição ao esforço comum: contribuir no desenvolvimento de políticas públicas e privadas de programas governamentais e iniciativas educacionais que visem a preservação do meio ambiente;
- o) Transparência e atitude: deve-se propiciar transferência e diálogo com a comunidade interna e externa, antecipando e respondendo as suas preocupações em relação aos riscos potenciais e impacto das operações, produtos e resíduos;
- p) Atendimento e Divulgação: visa medir o desempenho ambiental, conduzindo auditorias ambientais regulares para averiguar se os padrões da empresa cumprem os valores estabelecidos na legislação. Prover periodicamente informações apropriadas para a alta administração, acionistas, empregados, autoridades e comunidade em geral.

É salutar que a organização defina, por meio de análise detalhada de suas atividades e do contexto na qual está inserida, quais os parâmetros serão adotados, haja vista que o desempenho empresarial tende a depender, cada vez mais, da eficiência da gestão ambiental traduzida inclusive nos mecanismos estratégicos de controle por ela adotados.

#### **4.2 O Balanço Social e demais demonstrações inerentes: fator de diferencial competitivo**

O Balanço Social pode ser definido como sendo "[...] um instrumento de gestão e de informações que visa reportar, da forma mais transparente possível informações econômicas, financeiras e principalmente sociais do desempenho da entidade aos diferentes usuários da informação" (CARVALHO, 2002, p.131). Com a crescente destruição ambiental as empresas estão sendo obrigadas a replanejar suas estratégias para obtenção de lucros, incorporando à suas atividades a visão estratégica da responsabilidade sócioambiental.

Nesse ambiente, o Balanço Social, sendo um instrumento de apresentação de dados que permite a identificação do perfil social da entidade destaca-se como um meio de aproximação entre a empresa e a comunidade, considerando tanto o seu público externo quanto interno, sem deixar de observar a relação equilibrada com o meio ambiente.

De acordo com Carvalho (*op.cit.*), a empresa deve adotar um eficaz instrumento de Demonstração de Valor Adicionado (DVA), por meio do qual se explicita como a empresa criou riqueza e como a distribuiu entre fornecedores de capital, recursos

humanos e governo, podendo ser conciliada com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), dando maior confiabilidade às informações e indicando o grau de eficiência e eficácia da gestão empresarial e ambiental adotada por sua administração.

Para Ferreira (2002), a entidade que não adequar suas atividades ao conceito de desenvolvimento sustentável está fadada a perder competitividade em curto ou médio prazo. Investir em uma empresa que polui é temerário para qualquer acionista com o mínimo de visão estratégica.

Assim, quanto mais poluidora a atividade maiores são os desperdícios, os passivos ambientais, os riscos de multa, ações e reivindicações da comunidade. Por isso o Balanço Social se torna um importante diferencial competitivo à medida que a organização empresarial canaliza esforços para efetivamente minimizar o impacto de suas atividades no meio ambiente natural e construído.

## **5 Considerações finais**

O mundo passa por um processo de mudanças significativas onde padrões, conceitos e valores estão sendo revistos. Nesse cenário marcado por transformações constantes, impactos sócio-econômicos têm sido relevantes. As ações das organizações corporativas tornam-se mais visíveis e os consumidores passam a ditar o caminho a ser seguido pela empresa. Dentre os diversos aspectos inovadores que têm provocado impactos significativos na política administrativa das organizações empresariais destaca-se a questão ambiental, que enseja a adoção de uma gestão ambiental adequada.

Nesse cenário, os recursos naturais, há séculos explorados de forma irracional, entraram na pauta das corporações em uma realidade em que as empresas são impelidas a reavaliarem sua postura perante o meio ambiente e a sociedade, sob pena de ter sido manutenção comprometida. Desse modo cresceu a pressão da sociedade por uma política coerente e equilibrada nas relações da empresa para com o meio ambiente, obrigando-as a desenvolverem ferramentas estratégicas que permitam o uso racional dos recursos naturais.

Para que as entidades consigam enquadrar-se a este novo cenário sem sofrer prejuízos financeiros, urge a necessidade de adoção de técnicas e ferramentas destinadas a dotá-las de maior número de informações mediante a integração de diversas áreas das ciências, com destaque para a administração, a contabilidade, direito, economia, biologia e as diversas áreas da engenharia, que muito podem contribuir neste processo.

Do ponto de vista contábil, o desafio é romper as barreiras das técnicas tradicionais e buscar atender as necessidades dos usuários, identificando, mensurando e divulgando as informações inerentes as questões ambientais que possam suprir as necessidades informacionais quanto à postura da empresa em relação ao meio ambiente, facilitando a tomada de decisão dos gestores com participação ativa neste processo de busca e soluções dos processos ambientais, visto que a função da contabilidade como instrumento de gestão e mensuração ambiental é imprescindível para o êxito das ações relacionadas ao meio ambiente.

Observa-se que os assuntos ambientais estão galgando um espaço muito significativo na agenda empresarial diante do anseio por responsabilidade social e de mudanças no trato com o meio ambiente, o que leva as organizações empresariais a investimentos em gestão ambiental e adequações das instalações produtivas, de maneira a ampliar a produção a partir do mesmo volume de insumos ou o seu reaproveitamento,



reduzindo a extração de produtos *in natura*, o eu faz com que integrem práticas sócioambientais em suas atividades.



### Referências

CAIRNCROSS, F. **Meio ambiente: Custos e benefícios.** Tradução de Cid Knipel Moreira, São Paulo: Nobel, 1992.

CARVALHO, L.C. **Balanco Social,** São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, A.C.S. **Custos ambientais: uma nova visão de sistema de informações.** São Paulo: Atlas, 2002.

FINK, D. R. et al. **Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_, MACEDO, A. C. Horta de. Roteiro para licenciamento ambiental e outras considerações. In.: FINK, D. R. et al. **Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GUERREIRO, R. A. **A meta da empresa: seu alcance sem mistério.** São Paulo: Atlas, 2000.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Ambiental como Sistema de Informação.** Revista Brasileira de Contabilidade, DF: n. 133, p. 69-83, jan.- fev. 2002.

MACHADO, C. M. **Contabilidade Ambiental: o papel da contabilidade na evidenciação de investimentos, custos e passivos ambientais.** São Paulo: Atlas, 2001.

MILARÉ, E. Prefácio. In.: FINK, D. R. et al. **Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

**RESOLUÇÃO Nº 237,** de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso: 20 dez 2009.

RIBEIRO, M. S; ROCHA, W. **Gestão Estratégica dos custos Ambientais.** São Paulo: Loyola, 2002.

RIBEIRO, M. S; LISBOA, L. P. **Passivo Ambiental.** São Paulo: Loyola, 2003.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade Ambiental: a busca da ecoeficiência.** São Paulo: Campus, 2003.